

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, às 17 horas, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES se reuniram na plataforma Teams, da Microsoft. Em segunda chamada e após atingir o quórum necessário estabelecido pelo regimento interno do Conselho, a reunião foi instaurada pela presidente Claudia Rodrigues. Heloisa apresentou os pontos de pauta 1. Justificativa da Secretaria de Direitos Humanos e da Coordenação de políticas para as mulheres ao não comparecimento em audiência pública, realizada no dia 14 de setembro, em modo virtual e com o tema da Casa Eliane de Grammont, 2. Devolutiva da secretaria sobre os apontamentos feitos pelos movimentos de mulheres e comissão de vereadoras realizadas no dia 16 de setembro, após ato em frente a secretaria 3. Apresentação da proposta orçamentária da secretaria de direitos no que se refere à política para as mulheres, para o ano de 2022. 4. Balanço das emendas que foram apresentados no tema mulheres 5. Cartilha sobre equipamentos e serviços disponíveis a mulheres vítimas de violência 6. Manual ou cartilha sobre concessão auxílio aluguel. Os trabalhos foram iniciados aprovando de forma unânime o texto da ata do Mês de agosto. Atendendo a pedido da presidente, Heloisa leu os pontos de pauta sugeridos e inseriu o ponto solicitado por Claudia Rodrigues que não havia sido considerado, desta forma o sétimo ponto de pauta seguiu com a seguinte redação: 7. Proposta de reunião entre as integrantes da mesa diretora do CPM e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania Claudia Carletto e a Coordenadora de Políticas para Mulheres Ana Cristina para abordar questões relacionadas ao processo de terceirização da Casa Eliane de Grammont com devolutivas oferecidas ao pleno por meio de reunião extraordinária. Adriana Oliveira, conselheira da CUT frisou que a demanda da reunião proposta por Claudia não surge do debate da mesa diretora pelo fato de que a mesma não se reuniu antes do pleno. Claudia esclarece que essa sugestão de pauta é individual. Camila Furchi, conselheira representante da Câmara dos Vereadores faz uso da palavra para cobrar que a reunião seja iniciada com uma justificativa da SMDHC para a ausência na audiência pública que teve como tema a Casa Eliane de Grammont. Claudia Rodrigues sugere que Adriana Oliveira, conselheira indicada por ela para representar o CPM faça uma fala de informes sobre a audiência. Adriana faz o resgate sobre os acontecimentos da audiência pública informando sobre o tema e sobre os partícipes e afirma que a audiência ficou prejudicada pela ausência de representantes da SMDHC e que após o fim da reunião o grupo se surpreendeu pela publicação em diário oficial do município sobre a terceirização do CRM Eliane de Grammont já oferecendo o resultado sobre o chamamento público que selecionou a organização a gerir o equipamento. Adriana cita também a atividade de manifestação sobre o tema que cobrava explicações da gestão do equipamento sobre o processo e que embora um grupo de representantes presentes na manifestação tenha sido recebido por representantes da SMDHC, não houveram devolutivas sobre as questões levantadas. Frisa que a relação entre a sociedade e gestão está desgastada pela falta de respostas. Afirma se sentir desprestigiada pela falta de

diálogo transparente em relação ao processo de terceirização. Tainã faz uso da palavra também para complementar a fala da conselheira Adriana, Tainã frisa novamente sobre a gravidade do fator de falta de oitiva da SMDHC sobre o processo fere o pacto social e as normas que regimentam o funcionamento do CPMO assim com as normas democráticas uma vez que a prefeitura desconsidera o papel e se regula a dialogar com os representantes da sociedade civil e do poder legislativo. Além disso traz o argumento de que o processo de chamamento está repleto de ilegalidades, cita a falta de estudo técnico orçamentário que justifique a decisão de um chamamento público e argumenta que, segundo ela, a organização selecionada não tem nenhuma experiência em atendimento à mulheres em situação de violência, tendo a O.S experiência apenas em atendimento à população em situação de rua. Seguindo a sequência das falas inscritas, a conselheira Camila reafirma os pontos levantados nas falas anteriores e compartilha sobre a frustração sobre as tentativas de diálogo com a secretaria, frisa que o contexto do chamamento é o de privatização e diminuição da estrutura do Estado. Faz uma crítica ao papel de Ana Cristina, vice presidente do conselho e Coordenadora de Política para Mulheres, no sentido de dizer que a mesma nas reuniões faz um papel pouco produtivo e não apresenta devolutivas para o conjunto das conselheiras, apenas registra as demandas e informa que trata devolutivas, mas, segundo sua opinião não o faz. Camila informa ainda que após o fim da reunião foi enviado um requerimento de informação sobre os pontos levantados na audiência, e que o mandato da Vereadora Juliana Cardoso solicitou uma reunião com a Secretária de Direitos Humanos entre SMDHC e uma comissão de vereadoras e de representantes da sociedade civil e que esse pedido não foi respondido mesmo tendo sido enviado pelo sistema eletrônico de processos da PMSP e que foi necessário que uma manifestação acontecesse para que o grupo tivesse seu pedido atendido, Além disso, até o dia 14/9 a SMDHC não havia respondido nem mesmo o ofício enviado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública elaborados pelo GEVID e Nudem.com questionamentos sobre o processo de chamamento do CRM Eliane de Grammont e conclui dizendo que a SMDHC está ignorando o CPMO e cobra que seja definido qual o papel do CPMO além de mostrar o descontentamento do pleno. Roberta Tasseli representante do Grupo Mulheres do Brasil faz coro com as falas anteriores dizendo que tem a demanda de entender qual é de fato o papel do CPMO se não há em momento nenhum a consulta às conselheiras sobre as políticas apresentadas durante a gestão do mandato que não foi consultado em nenhuma ocasião, se pergunta qual o legado o conselho deixa no contexto de que não é consultado. Reforça que o grupo cobre participar desses momentos de decisão. Seguindo a sequência de falas a Conselheira Melissa argumenta que há um descaso total da Secretária de Direitos Humanos em relação ao movimento de mulheres e que o governo preza apenas pelas aparências e não respeita de fato os espaços. Sugere que o CPMO entre com uma representação no Ministério Público em relação às irregularidades que o grupo está constatando no processo de chamamento além

de sobre a falta de oitiva aos grupos da sociedade civil. Claudia Rodrigues sugere que o pleno adote como encaminhamento que além dos documentos já consolidados pelo MP e defensoria e o documento que foi originário da audiência pública seja anexado ao conjunto de questionamentos que o CPM vai solicitar à SMDHC a nota técnica elaborada pela Rede feminista de Juristas representada pela Tainã. Fez também uma fala para frisar o processo de esvaziamento político pelo qual estão passando os espaços de participação social. Sugere também que seja chamada uma reunião extraordinária para as devolutivas sobre esse tema. Ana Cristina inicia sua fala justificando que não havia sido designada pelo Gabinete da Secretaria de Direitos Humanos à participar da audiência pública em questão e explica ainda que tomou conhecimento da mesma no momento em que as conselheiras manifestaram no grupo de WhatsApp. Ana Cristina compartilho ainda que ela não pode dizer sobre a ciência do gabinete da SMDHC sobre a audiência, tampouco pode afirmar se houve confirmação da participação e que por vezes algumas demandas são tratadas no nível dos gabinetes e as demandas não são delegadas para as áreas técnicas. Esclareceu que está trabalhando nas respostas solicitadas pelo grupo de representantes da manifestação e que já encaminhou resposta de ofício do Ministério Público e da Defensoria Pública. Explica que os pontos de pauta 2, 3 e 4 são os mesmos pontos de devolutiva solicitados pelo grupo de representantes na manifestação e que as respostas estão sendo preparadas e serão enviadas no prazo de 15 dias conforme acordado com o grupo de representantes. Claudia indaga se na opinião da conselheira Adriana o CPM pode encaminhar pela solicitação de uma reunião entre a Secretária de Direitos Humanos e a Mesa Diretora do CPM. A conselheira Adriana defende que a reunião não seja restrita aos membros da mesa diretora pela relevância das contribuições da conselheira Tainã, e Camila. Tainã, fazendo o uso do recurso de inscrição endossa a proposta de que a reunião seja entre o pleno do CPM e a Secretária de Direitos Humanos, Alexandra Dantas, Ana Kraus, Camila Furchi, Melissa Carla em mesma linha endossam a proposta de uma reunião com o conjunto das conselheiras sem que sejam as mesmas representadas pela Mesa Diretora. Claudia Rodrigues manifesta a vontade de manter a proposta de encaminhamento. Heloisa propõe a votação das duas propostas: P1 – Reunião entre a mesa diretora e Secretária de DH em que seria combinada uma segunda reunião entre pleno(extraordinária) e Secretária e P2 – Reunião entre Pleno do CPM e Secretária de DH. A P1 somou 11 votos, a P2 somou 14 votos e venceu a votação. Claudia sugere que seja sugerida data para a realização da reunião 13/10 ou 15/10 às 19h30min. Adriana Oliveira sugere encaminhar as datas sugeridas e deixar aberta a possibilidade de que na impossibilidade de anteder a Secretária indique data substitutiva. Roberta Tasselli sugere deslocar o ponto de pauta número 5 sugerido por ela para a próxima reunião. Melissa, proponente da pauta de numero 6 sugere que seja elaborado pelo CPM um tipo de material informativo sobre o auxílio aluguel, tipos de violência e etc com o objetivo de auxiliar a população e os servidores a compartilhar as informações. Ana Cristina

esclarece que esse tipo de material já existe e está disponível fisicamente na CPM. Claudia sugere que o CPM sugira para a SMDHC que seja elaborado um material informativo sobre o auxílio aluguel.

Encaminhamentos:

1. Agendamento de reunião com a Secretária de Direitos Humanos e Cidadania;
2. Abordar a pauta 5 na reunião de outubro.
3. Sugerir para a SMDHC a elaboração de um material informativo sobre o auxílio aluguel.